

Colóquio "Novos Horizontes para as Humanidades"

Universidade Católica Portuguesa / Faculdade de Filosofia de Braga

A crise das Humanidades numa sociedade multicultural e multilinguística

Maria Helena Mira Mateus

Faculdade de Letras de Lisboa (FLUL)

Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC)

Uma interrogação sobre o que significa *a crise da área das Humanidades* em resposta ao desafio que nos foi lançado pelos organizadores do Colóquio foi o que primeiro me ocorreu quando preparava esta intervenção. Embora essa “crise” atinja o Ocidente de um modo geral (pelo menos), situar-me-ei em Portugal para fazer algumas reflexões de carácter pragmático dado que estou convicta que, neste particular, temos diante de nós ainda vários caminhos por abrir e outros mal abertos.

Concretiza-se a crise das Humanidades, ao nível universitário, na menor procura destas áreas de estudo em consequência da imagem negativa que envolve os respectivos cursos, e ao nível social, no desprestígio da formação alcançada nas escolas de Humanidades e no desinteresse do mercado de trabalho pelos seus licenciados.

Embora seja inegável esta realidade, considero que há ainda muito a fazer quer na expansão das áreas de formação quer na dinamização de um importante mercado de trabalho que espera por profissionais que Portugal tem obrigação de preparar. Esta é a ocasião propícia para abrir novas vias que vão ao encontro das necessidades actuais em lugar de reflectir apenas sobre causas profundas de desaparecimento de valores ou da alteração de paradigmas epistemológicos. O que nos compete agora é procurar compatibilizar os valores que sentimos essenciais com o contexto em que estamos inevitavelmente integrados, de modo a tocarmos os pontos em que esses valores se podem concretizar.

As mudanças ocorridas no século 20 transformaram a sociedade em que vivemos e criaram um contexto multicultural e multilinguístico em que estamos imersos. Multiculturalismo e multilinguismo não são apenas uma junção, episódica ou não, de culturas e línguas diferentes. Não se trata apenas de uma realidade nova “mas de uma nova percepção de uma realidade de alteridade e diferença nas sociedades contemporâneas”¹ O que torna complexa e perigosa a vivência actual das Humanidades, o que tem determinado uma progressiva diminuição da importância que outrora dimanava destes domínios do saber é a dificuldade de encontrar o lugar que lhes compete nesta nova percepção de uma realidade de alteridade e diferença. Mas nessa nova percepção da realidade não é possível entrar pela porta larga com o lastro do que fomos e somos. O lugar que procuramos é feito de pequenos lugares em que a todo o momento temos que repensar as nossas estratégias e compulsar o que conhecemos, o que sabemos e o que podemos. É neste contexto que se insere uma reflexão sobre os Novos Horizontes das Humanidades. E já que o convite que nos foi dirigido refere a área das Línguas foi nesta área que fixei o meu olhar. Começamos portanto com as línguas.

Em 2001 celebrou-se, por iniciativa do Conselho da Europa e da União Europeia, o Ano Europeu das Línguas que teve como objectivos principais: *celebrar a diversidade linguística e cultural da Europa e incentivar todos os cidadãos a aprender mais línguas, para além da sua língua materna*. Estes objectivos constituem apenas uma parte do muito que podemos fazer na área das Humanidades para contrariar a crise nela existente. Portugal está hoje especialmente bem colocado para reflectir sobre este problema e inflectir no sentido de o minimizar. A recente imigração de vários países e continentes que não cessa de crescer introduziu já, no sistema de ensino português, 90.000 estudantes de outras nacionalidades, segundo o último inventário da Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação,.

O maior número de alunos concentra-se no 1º ciclo do ensino básico, à volta de 36 730 alunos, seguido do 3º ciclo, com 19 065 alunos. No que respeita à diversidade

¹ Luísa Leal de Faria (2001), Multiculturalismo e diversidade cultural. In Maria Helena Mira Mateus (org.) *Mais línguas mais Europa: celebrar a diversidade linguística e cultural da Europa*. Lisboa: Edições Colibri, p.77.

linguística, as escolas portuguesas são frequentadas por estudantes de 120 nacionalidades, sendo 80 as línguas faladas pelos alunos em casa, número que decresce se nos reportarmos às línguas faladas na escola. São estas as conclusões de um inquérito do Ministério da Educação aplicado a uma amostra superior a 1000 estabelecimentos de ensino básico e secundário. Curiosamente, segundo os dados do inquérito – que incidiu sobre um universo de mais de 15 mil estudantes – enquanto países como o Brasil, Ucrânia, França, Moldávia, Alemanha e Suíça contam com um número crescente de estudantes nas escolas portuguesas, pelo contrário Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Índia perdem peso entre os alunos que têm o português como língua não materna.

Se nos situarmos agora nas escolas do ensino básico pertencentes à área da Grande Lisboa, de acordo com um projecto que está a ser desenvolvido no ILTEC com financiamento da Fundação Gulbenkian, verificou-se que os alunos falavam 58 línguas diferentes em casa, descendo este número para 37 quando são referidas as línguas faladas na escola.

Estamos portanto diante de um panorama que nos obriga a pensar sobre a necessidade de desenvolver adequadamente o estudo das línguas estrangeiras criando um ambiente que evidencie a vantagem de alargar uma área de investigação e ensino que tem vindo a estreitar-se progressivamente. Mas será esse panorama suficientemente motivador e linguisticamente justificado? Como podemos conjugar a importância da manutenção da diversidade linguística e cultural com o desenvolvimento da proficiência em língua portuguesa, país de acolhimento? Estará esta questão intimamente relacionada com o que nos traz aqui hoje?

O problema é complexo e Portugal não está preparado neste domínio. Ultimamente têm surgido várias iniciativas dispersas, alguns diagnósticos da situação, enquadramentos legislativos muito genéricos mas faltam aspectos básicos com que nunca nos preocupámos durante o nosso passado de expansão pelo mundo. Se pensarmos, por exemplo, nas línguas crioulas (e note-se que o crioulo de Cabo Verde não é o mesmo do que o da Guiné-Bissau) e se tivermos em conta que as crianças cabo-verdianans e guineenses falam habitualmente crioulo no contexto familiar, que preparação têm os nossos professores para as acompanhar de modo a orientá-las para um necessário sucesso escolar (e, conseqüentemente, um futuro enquadramento sócio-profissional)? Se acrescentarmos aos crioulos as línguas nacionais de

Angola e Moçambique, como estamos preparados para uma realidade com que lidámos durante 500 anos?

Com respeito a este aspecto, Portugal nunca reflectiu a fundo na importância de estudar as línguas e as culturas dos países colonizados (no caso vertente, da África para já não dizer da Ásia que abandonámos há longo tempo). Inglaterra, França, Espanha possuem Institutos consagrados à investigação e ao ensino de línguas e culturas autóctones das respectivas ex-colónias: o SOAS – School of Oriental and African Studies, em Londres, em França o Llacan - Langage, Langues et Cultures d'Afrique Noire e o INALCO – Institut National des Langues et Civilisations Orientales onde se desenvolvem projectos científicos de estudo e de descrição das línguas da África subsahariana; e inúmeros programas de cooperação dirigidos para as línguas e culturas de África/América Latina/Ásia com participação maioritária de países de língua espanhola. Todas essas instituições e programas são provas da atenção dada a este problema. Em Portugal existem uns poucos cursos (como a Licenciatura de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), alguns centros de estudos africanos como os das Universidades do Porto ou Évora, um Centro de Estudos Multiculturais da Universidade Independente e alguns estudos dispersos. Ao referir esta questão não é possível esquecer o nome de Adriano Moreira. Foi ele que há muito compreendeu a necessidade de investigar e ensinar línguas e culturas de países com que ao tempo eram colónias portuguesas. Todos nos lembramos de que ele dirigia o ISCSPU que perdeu o “U” no 25 de Abril. Ora o Instituto não se preocupou muito mais com o que essa letra representava para além do aspecto político. Foi ainda Adriano Moreira que procurou, em 2001, estimular as Universidades para a criação de um Instituto Inter-Universitário de Estudos Africanos e Orientais. As Universidades portuguesas porém não deram andamento ao projecto.

Ainda relativamente à investigação neste domínio, podemos perguntar-nos se será necessária a existência de um Instituto largamente consagrado às línguas e culturas africanas quando precisamente os países de África que foram outrora colónias portuguesas escolheram o português como língua oficial. É indubitável que sim. Em primeiro lugar, o Português não é a língua materna da maioria (e, em certos países, da quase totalidade) dos falantes, o que inclui, portanto, os alunos a quem se destina o ensino da língua portuguesa e cujas línguas primeiras são línguas bantu ou de outras famílias. Se o estudo dessas línguas

fosse estimulado pelas Universidades e/ou Institutos de investigação em Portugal, seria possível, por exemplo, verificar que muitas das línguas inventariadas como distintas em África são variedades de línguas nucleares. Na realidade, segundo o *Relatório* do PNUD, mais de 75% dos africanos falam apenas 12 línguas nucleares. O trabalho de pesquisa que, em instituições portuguesas, se poderia realizar sobre as línguas africanas contribuiria assim para facilitar a comunicação entre falantes linguisticamente diferenciados.

Além desta vantagem de ordem da intercomunicação, deve notar-se que existem pelo menos dois países em que outra língua está (ou virá a estar) a par do Português como língua oficial: em Timor, o Tetum tem esse estatuto e, em Cabo Verde, encara-se presentemente a hipótese de estabelecer o crioulo Caboverdiano como língua oficial a par da língua portuguesa. É conveniente lembrar que os crioulos são verdadeiras línguas aprendidas como línguas maternas por várias gerações de falantes. Por esta razão, é natural que, num país em que o crioulo é língua materna da maioria da população, as entidades governamentais estabeleçam essa língua como língua oficial – a par, eventualmente, de outra língua de maior expansão. Esta decisão não é única no contexto de países multilingues sendo até recomendação da UNESCO que se dê reconhecimento público ao uso de três línguas: uma língua de maior expansão internacional (nos casos em apreço, o Português, falado por 190 milhões de pessoas espalhadas por três continentes), uma língua franca (uma língua veicular local para comunicação entre grupos linguísticos diferentes) e a língua materna de cada falante. A este respeito, veja-se o *Relatório do Desenvolvimento Humano*, PNUD, 2004, em que se apresentam vários exemplos de países multilingues que reconhecem o estatuto oficial a mais do que uma língua.

Estaremos nós preparados para corresponder de forma inteligente e eficaz ao apoio que nos for solicitado nestes domínios? Essa é uma forma importantíssima de cooperação para o desenvolvimento de que tanto se tem falado a nível das estruturas governamentais.

Mas o panorama multicultural que hoje observamos em Portugal já não se limita aos africanos cujas línguas deveríamos conhecer para uma comunicação eficaz. Não seria necessário ver o filme *Lisboetas* para ter a noção das dificuldades sentidas pelos que procuram actualmente uma solução de vida no estrangeiro, e Portugal está na sua rota. Quando é que o Estado português começará a perceber que preparar funcionários para acolher os que não conhecem a nossa língua e a nossa cultura é indispensável para o nosso

próprio desenvolvimento e é um corolário da carta dos direitos humanos? Caminhos que a crise das Humanidades ainda não pisou, o ensino e a investigação sobre as línguas e as culturas com que nos cruzamos diariamente são vias abertas para novos mercados de trabalho.

E não pensemos que isto se faz intuitivamente. O facto de se dizer que os portugueses falam com facilidade outras línguas é um chavão que convém desmontar. Essas outras línguas restringem-se geralmente ao inglês que permanentemente nos acompanha na televisão, ao francês, na sequência de uma forte tradição cultural e ao espanhol, que aprendemos como turistas e com os turistas. Mas aprender línguas é mais vasto, sobretudo quando elas estão separadas da nossa por sistemas diversos, escritas indecifráveis, culturas desconhecidas. Que a forma de receber os que nos procuram e cujas mãos trabalhadoras substituem o que já nem os portugueses querem fazer, que a forma de os integrar não se confine ao voluntariado e à boa vontade de quem se disponibiliza, mas que seja profissionalizado, que constitua uma responsabilidade do estado e dos seus funcionários! É preciso, porém, que todos acreditemos que vale a pena, que as Universidades não se mantenham no universo fechado das suas obsoletas tradições em relação às línguas e às culturas que conhecem e que, desde há muito, reproduzem.

Se mudarmos agora o nosso ponto de vista e procurarmos o que falha no ensino e na difusão do Português nos países de África ou em Timor, encontramos várias respostas em que todos temos uma parte de responsabilidade. Pelo lado dos organismos governamentais, é suficiente conhecer um documento como *Uma visão estratégica para a Cooperação Portuguesa* produzido em 2005 pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação para notarmos que apenas poucas páginas são dedicadas à importância da língua, embora se afirme, como sempre se faz, que “a língua portuguesa constitui um valor fundamental para a nossa política externa” e se acrescente: “A língua portuguesa constitui-se hoje como um património de quatro continentes, sendo um instrumento de primeira importância para a cooperação e para o desenvolvimento. (...) Contribuir para a divulgação da língua portuguesa, articulando uma política de língua com uma política cultural, em particular junto dos jovens e das camadas sociais, que têm menor acesso à escolaridade,

representa uma mais-valia particularmente importante para o desenvolvimento do indivíduo e da realidade em que se insere”. Este é o discurso oficial. Mas a realidade é diversa. No regresso da inauguração do Museu da Língua Portuguesa em S. Paulo (iniciativa do Brasil que poderia ter sido nossa), Maria José Nogueira Pinto lembrava que desde a sua passagem pela cooperação tinha constatado “a desequilibrada relação custo-benefício, investimentos-resultados, quer se fale de cooperação bilateral ou multilateral”. E já não estamos a falar de tempos antigos em que o ensino da língua e da cultura portuguesas em África se identificava com o seu ensino em Portugal, como se nada diferenciasse estes dois universos.

Da parte de quem se (pré)ocupa com a cooperação, o caminho a percorrer é longo. Para a maioria dos que realizam acções neste campo, ainda hoje não é clara a noção de “cooperação para o desenvolvimento” em que se insere tudo o que respeita ao ensino do Português como segunda língua. Não é fácil, por exemplo, preparar professores de português para actuarem nesses contextos de modo a usarem o procedimento didáctico adequado. Na realidade, a cooperação é um trabalho interactivo que oferece e recebe. Por este motivo, a cooperação a prestar no domínio da língua portuguesa tem que se integrar nas circunstâncias da sua ocorrência. Se Portugal pretende apoiar a aquisição de proficiência na língua portuguesa em África, é evidente que só terá algum êxito se perceber qual é o lugar que lhe compete neste complexo processo. Os projectos de cooperação têm que se adaptar às especificidades dos países e das circunstâncias a que se destinam, sob pena de o seu êxito ficar comprometido. Aliás, não existe apenas um desfasamento entre a importância atribuída à difusão da língua e da cultura portuguesas e o investimento feito nessa área. Existe também uma distorcida compreensão do que significa hoje, no mundo transformado e pós-colonial, “contribuir para a divulgação da língua portuguesa, articulando uma política de língua com uma política cultural”. Trata-se de ensinar o que se sabe por transmissão e estudo ou de procurar aprender na interacção com aqueles a quem se ensina? Como se concebe fora da nossa identidade a articulação de uma política de língua com uma política cultural? Será do conhecimento geral, por exemplo, que a pedagogia de segunda língua hoje reconhece a importância, numa perspectiva cognitiva e pragmática, de usar a língua materna do aluno durante o período de alfabetização? Ou mesmo a vantagem

de utilizar essa língua materna na aprendizagem do Português? Como estamos preparados para essas novas realidades que também pertencem à área das Humanidades?

Se dediquei esta intervenção às questões de ensino e difusão do Português em contextos multilinguísticos com preferência pelos países africanos é porque julgo que se trata de um campo aberto à iniciativa e à participação da sociedade civil e das instâncias governamentais. Teremos que nos perguntar, com ousadia e convicção, quais as estratégias e as responsabilidades perante as novas concepções de cooperação e identidade. Como pensar os novos modos de transmitir e leccionar línguas e culturas que pretendemos manter como identitárias?

Todos os pontos em que toquei podem constituir portas de saída para as dificuldades que se têm sentido na área das Humanidades. Eles são aspectos parcelares de uma nova forma de estar nesta sociedade em transformação e, até, nesta Europa deslocalizada. Antes de terminar quero lembrar algo que julgo funcionar como nota à margem – a qual, como todas as notas, pode vir a revelar-se tão importante quanto o texto. É sabido que muitos países apostam hoje na volta à Escola. Com o aumento da esperança de vida, com as reformas precoces e com o longo tempo que medeia entre ambas, muitas pessoas retornam à universidade ou ao ensino de uma forma geral. Este é, digamos, um mercado em expansão, e sabemos que se orienta quase só para a área das Humanidades. Cabe àqueles que têm a responsabilidade de transmitir aos renovados estudantes conhecimentos e visões do novo mundo a complexa tarefa de os ajudar a compreender esse mundo em transformação e essa nova percepção de uma realidade de alteridade e diferença.

Referências

Faria, Luísa Leal, 2001. Multiculturalismo e diversidade cultural. In Maria Helena Mira Mateus (org.) *Mais línguas mais Europa: celebrar a diversidade linguística e cultural da Europa*. Lisboa: Edições Colibri.

Mateus, Maria Helena Mira e Luísa Teotónio Pereira (orgs.) 2005. *Língua Portuguesa e Cooperação para o Desenvolvimento*. Lisboa: Edições Colibri.

Relatório do PNUD 2004.

Sanches, Manuela Ribeiro (org.) 2005. *Deslocalizar a Europa. Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-Colonialidade*. Lisboa: Edições Cotovia.